

Sai acordo do Brasil com credores do Clube de Paris

REALI JÚNIOR

Correspondente

27 FEV 1992

PARIS — Os representantes do governo brasileiro e dos países credores integrantes do Clube de Paris chegaram ontem à noite a um acordo de reescalonamento da dívida externa do Brasil. O País obteve o reescalonamento de US\$ 11 bilhões, em 12 anos, com dois de carência. No início das negociações, o governo brasileiro queria reescalonar US\$ 14 bilhões da dívida, em 18 ou 20 anos.

Para chegar ao acordo, o Brasil teve de concordar com a exigência dos credores de receber US\$ 4,1 bilhões até 1993. Os representantes brasileiros disseram que grande parte da dívida reescalonada já havia sido negociada em 1983, 1987 e 1988. Segundo informaram, poucos países receberam esse benefício do Clube de Paris. Treze países participaram das negociações — Áustria, Bélgica, Canadá, Itália, França, Alemanha, Japão, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

As negociações, realizadas no Centro de Conferências do Ministério da Economia da França, foram difíceis. A falta de um acordo para o reescalonamento da dívida pública brasileira, estimada em US\$ 21 bilhões, teria um efeito altamente negativo no processo de normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional e chegou a ser admitida em Brasília pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. O presidente do Banco Central (BC) e chefe da delegação brasileira, Francisco Gros, mesmo reconhecendo a existência de muitos obstáculos, manifestava-se confiante em que o encontro pudesse terminar com um resultado positivo, “nem se fosse pelo cansaço do participantes”.

No início da noite, uma fonte do Tesouro francês afirmava que as negociações estavam muito mais próximas de um final feliz, mas não fechadas. O próprio presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, foi ao centro de conferências e se reuniu com Gros e outros integrantes da delegação brasileira.

Apesar de não pretender entrar em detalhes da negociação, Gros explicou que a proposta brasileira apre-

sentava o limite em que o País poderia chegar para honrar seus compromissos externos, não apenas com o Clube de Paris, mas também com os bancos privados. O governo pretende estabelecer uma certa proporcionalidade para o pagamento das parcelas da sua dívida.

Apelo — Em Brasília, Marcílio chegou a fazer um apelo aos embaixadores dos países que compõem o Clube de Paris para a aprovação da proposta brasileira. O próprio ministro reconhecia que a proposta não era a ideal, mas pediu compreensão para as dificuldades que o País enfrenta, externa e internamente. Ele disse esperar que os governos dos países ali representados levassem isso em conta, além do fato de que o sucesso do acordo com o Clube representaria um sinal de boa vontade e um reforço na credibilidade do plano econômico do governo. O encontro no Itamaraty, iniciado às 18 horas, foi rápido. O ministro disse que esperava uma resposta ao apelo ainda ontem à noite.

À tarde, o ministro havia comunicado a possibilidade da interrupção nas negociações aos representantes do setor privado no Conselho Monetário Nacional (CMN). Marcílio comentou o processo estafante da negociação, ressaltando o desgaste psicológico dos participantes. “Podemos ter uma interrupção, talvez de uma semana, para que as delegações, inclusive a nossa, voltem a seus países para novas instruções”, chegou a afirmar.

José Paulo Lacerda/AE



Ministro Marcílio

Apelo aos embaixadores de países do Clube de Paris